

O caráter formativo da pesquisa-ação em educação

Otília Maria A. N. A. Dantas
Universidade de Brasília, Brasil
otiliadantas@gmail.com

Resumo

caráter formativo da Pesquisa-Ação (P-A) em Educação se constitui no âmbito do político presente no contexto educativo. O estudo analisa a importância da P-A para investigação da prática educativa caracterizando, a partir de um conjunto de teóricos, o seu caráter formativo. A metodologia se constitui de um estudo bibliográfico, pautado em alguns autores contemporâneos que abordam a Pesquisa-Ação em diferentes contextos e situações tais como: Diniz-Pereira e Zeichner (2011), Ghedin e Franco (2011), Thiollent (2011), dentre outros. Os resultados assinalam a importância da P-A para investigar a educação, em especial, a prática docente e o seu caráter formativo e transformador. Os achados sobre a P-A salientam as características, conceitos e similitudes entre os diferentes autores. As conclusões destacam o caráter formativo da P-A para a prática docente consolidando, deste modo, uma pedagogia da Pesquisa-Ação que, em termos colaborativos e emancipatórios, visa a reestruturação do campo educativo dada a sua natureza social.

Palavras-chave: Pesquisa-Ação; Prática Docente; Metodologia; Educação

Abstract

The formative character of Action-Research (A-R) in Education is build within the scope of the politician of the educational context. The aim of this study is to analyze the importance of A-R for the investigation of the teaching, characterizing, from a set of theorists, its formative character. The methodology consists of a bibliographic study, based on some contemporary authors that approach Action Research in different contexts and situations such as: Diniz-Pereira and Zeichner (2011), Ghedin and Franco (2011), Thillent (2011), among others. The results point out the importance of the A-R to investigate education, especially the teaching and its formative and transformative character. The findings on A-R highlight the characteristics, concepts and similarities between the different authors. The conclusions highlight the formative nature of the A-R for the teaching practice, thus consolidating a research-action pedagogy that, in collaborative and emancipatory terms, aims at restructuring the educational field due to its social nature.

Keywords: Action-Research; Teaching; Methodology; Education

Introdução

Aproximámo-nos do primeiro quartel do terceiro milênio, constata-se a ampliação de pesquisas de diferentes naturezas. A pesquisa científica, sobretudo nas Ciências Humanas, apresenta uma diversidade de enfoques e perspectivas epistemológicas como afirma Severino (2007). Isto se dá em razão do próprio caráter dinâmico da realidade social que permite ao investigador escolher o percurso de acordo com o seu olhar sobre o objeto pesquisado a partir da relação que estabelece.

Numa abordagem de pesquisa qualitativa, a literatura acadêmica discorre sobre várias possibilidades de metodologias que são defendidas sob enfoques distintos e/ou semelhantes, conforme os autores que sobre elas produzem. Neste trabalho trataremos a Pesquisa-Ação (PA) sob o enfoque de um conjunto de estudiosos dedicados ao tema os quais apresentam semelhanças epistemológicas e metodológicas adequadas à educação. Logo, a Pesquisa-Ação pode apresentar diferentes feições de investigar a complexa realidade social e, especialmente, a educativa. Esse artigo analisa a importância da Pesquisa-Ação para investigação da prática educativa caracterizando-a a partir de um conjunto de teóricos.

O sentido da Pesquisa-Ação

Qual o sentido da Pesquisa-Ação (P-A)? Como se constitui essa metodologia científica? Como garantir a validade e a generalização dos resultados de pesquisas pautadas na P-A? Pesquisa-Ação equivale a Pesquisa Participante (P-P)?

No âmbito do desenvolvimento de pesquisa, consideramos ser complexo distinguir a Pesquisa-Ação da Pesquisa Participante. Alguns estudiosos, como o próprio Thiollent (2011), consideram ser difícil diferenciá-las. No Brasil há uma tendência à uniformização desses modelos de pesquisa, embora alguns estudiosos como Guedin e Franco (2011) apresentem diferenças. Em países francófonos, não há diferenças entre a P-A e a P-P.

Para Thiollent (2011) algumas metodologias são geralmente denominadas como participativas. O caráter participativo reside no fato de serem aplicados coletivamente, mesmo com diferentes graus de participação dos envolvidos. Para ele a diferença está no fato de que a P-A se encontra destinada, exclusivamente, a pesquisa orientada em função de objetivos e condições de ação de intervenção com uma equipe de investigados e pesquisadores focados no mesmo objetivo. A Pesquisa Participante (P-P) se constitui no conjunto de instrumentos participativos com finalidades distintas e variadas sem a intenção de produzir novos

conhecimentos. Geralmente pode ocorrer apenas entre pesquisador e pesquisado. Todavia, apesar de possuírem semelhanças cada uma tem sua particularidade, defendem Felcher, Ferreira e Folmer (2007, p. 7) no Quadro 1.

Pesquisa-Ação	Pesquisa Participante
É do tipo participativa;	Não é Pesquisa-Ação;
O pesquisador não é o pesquisado;	Cada envolvido é, simultaneamente, pesquisador e pesquisado; Aspirar-se uma comunicação horizontal entre todos os participantes;
Supõe uma forma de ação planejada de caráter social, educacional, técnico ou outro;	Ações planejadas nem sempre se encontra em propostas de Pesquisa Participante;
O pesquisador TEM uma ação destinada a resolver uma situação-problema;	O pesquisador NÃO tem uma ação destinada a resolver um problema;
O pesquisador é quem se apropria mais intensamente dos dados;	Utiliza o diálogo como meio de comunicação mais importante no processo conjunto de estudo e coleta de informações;
Pesquisador deve ter um alto grau de análise, de moderação, de interpretação e de animação e dominar técnicas de dinâmicas de grupo.	As metas e o desenvolvimento do projeto não são previamente determinados, mas que se elaborem com a intervenção de todos os participantes.

Quadro 1 - Diferenças entre pesquisa-ação e pesquisa participante
 Fonte: Adaptado de Felcher, Ferreira e Folmer, 2007, p. 7.

Após ressaltar as características de Pesquisa-Ação e Pesquisa Participante consideramos que nem toda Pesquisa Participante necessariamente é Pesquisa-Ação. Para Tripp (2005, p. 445):

A pesquisa-ação educacional é principalmente uma estratégia para o desenvolvimento de professores e pesquisadores de modo que eles possam utilizar suas pesquisas para aprimorar seu ensino e, em decorrência, o aprendizado de seus alunos, mas mesmo no interior da pesquisa-ação educacional surgiram variedades distintas.

Considerando seu caráter coletivo, a P-A se utiliza de diferentes técnicas coletivas e visa desvelar a realidade pesquisada. A P-A costuma definir os participantes do grupo para agir com o conjunto da população selecionada implicada na situação-problema. Os observadores desempenham um papel ativo e sua ação é baseada em descrições objetivas, embora seja subjetivamente assumida pelos participantes comprometidos com a efetiva realização. Logo, a realidade não é fixa, pois considera, dentre outros aspectos, as diferenças de linguagens entre observadores/pesquisadores e observados/pesquisados.

Mesmo existindo objetividade, não há na P-A monopólio de questionamentos pelo pesquisador. Mesmo que caiba a este os questionamentos, cabe-lhes, também, a coleta das respostas dos investigados. As argumentações são realizadas presencialmente sob forma de discussões e deliberações entre diferentes interlocutores, intencionalmente reunidos. Na P-A o objetivo geral nem sempre é a generalização, pois consiste em resolver um problema de natureza prática e, para tanto, faz-se necessário formular um plano ou ação, nem sempre generalizável. Realizar a P-A não significa excluir a coleta de dados quantitativa, pois dados objetivos como idade, sexo, formação, dentre outros, são importantes como ponto de partida da pesquisa. Sua metodologia visa a articulação do conhecer e do agir para transformar a sociedade. Com a Pesquisa-Ação é possível passar do conhecimento geral aos conhecimentos e habilidades concretos, sob forma de diretrizes.

É constante, na atualidade, a discussão sobre as características da P-A. Tomamos como referência alguns teóricos que abordam tais características. Diniz-Pereira e Zeichner (2011) apresentam as seguintes características da P-A (Figura 1):

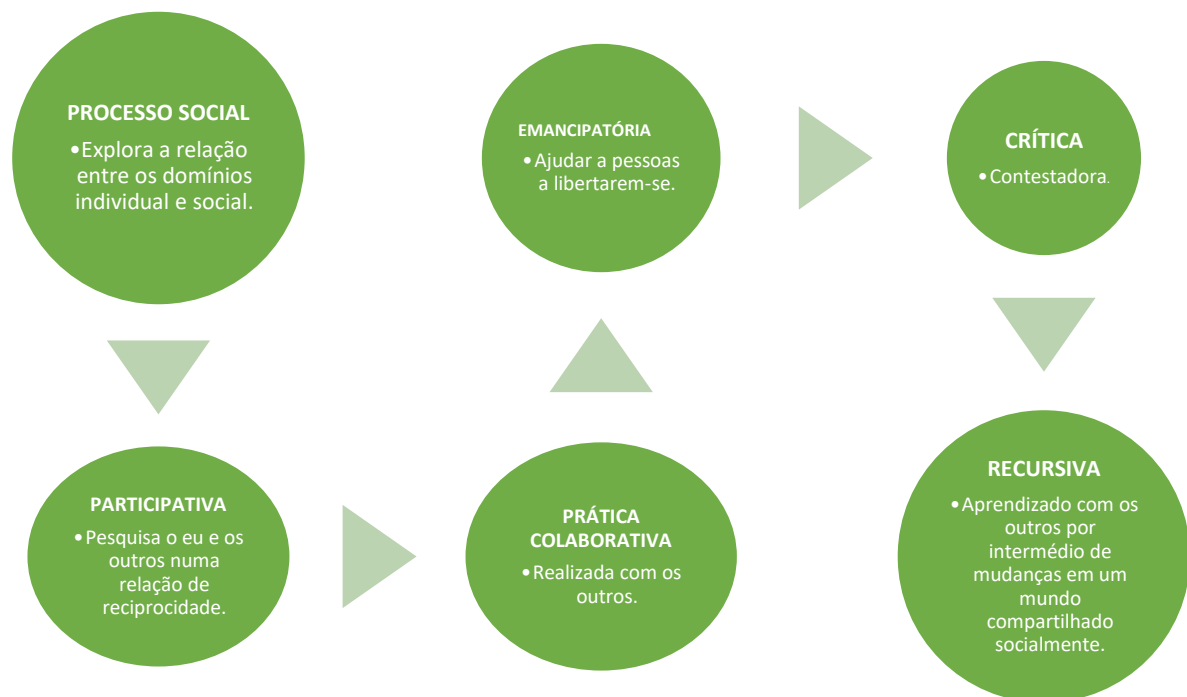


Figura 1 - Características da P-A adaptado de Diniz-Pereira e Zeichner (2011).

Tais características demonstram o caráter pedagógico da P-A (processual, participativa, colaborativa, crítica e emancipatória), que Guedin e Franco (2011) denominam de Pedagogia da Pesquisa-Ação.

A segunda referência é de Thiollent (2011) que apresenta as seguintes características da P-A conforme a figura 2.

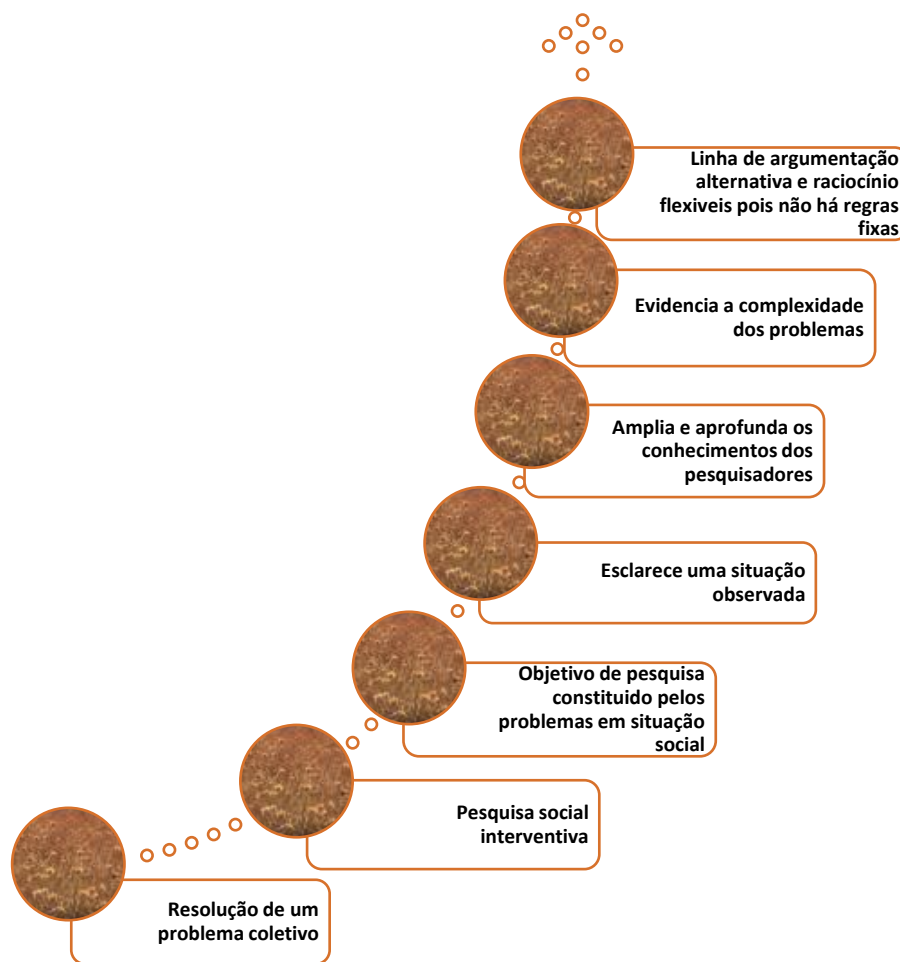


Figura 2 - Características da P-A adaptado de Thiollent (2011)

Em síntese, a pesquisa-ação (P-A) é: inovadora, contínua, proativa, participante, intervencionista, problematizadora, deliberativa, documental, compreensiva e focada. Essas características definem, em parte, os tipos de técnicas que podem ser consideradas P-A. Neste sentido, a coletividade é o que promove a identidade da Pesquisa-Ação, pois parte de princípios

norteadores do processo investigativo. Esses princípios são instruções e diretrizes construídas para seguir um projeto além de levantar questões que visem transformar a realidade.

A respeito da transformação, Thiollent (2011) propõe alguns parâmetros como demonstrado na Figura 3.



Figura 3 - Parâmetro de alcance no nível de transformação da Pesquisa-Ação, adaptado de Thiollent (2011).

A P-A permite que a pesquisa alcance um nível de transformação. No entanto, vale salientar que nem todas estas fases são alcançadas de modo que o pesquisador não possa criar expectativas e nem aplicar uma pesquisa de campo com a intenção de conquistar todos os objetivos, de modo que, por exemplo, o nível macrossocial seja atendido em todo o contexto. Este, por sua vez, será contemplado à medida que ocorra um conjunto de P-A no âmbito dos níveis microsocial e intermediário. Por ser complexo, o nível macrossocial é difícil de ser alcançado na pesquisa, pois visa atingir a sociedade. Todavia não deve ser menosprezado, mas desenvolvido como os demais níveis.

Diante do entendimento do parâmetro dos níveis que se pode alcançar para transformar na P-A, podemos analisar a magnitude das funções que esta pesquisa tem no âmbito investigativo (Figura 4).

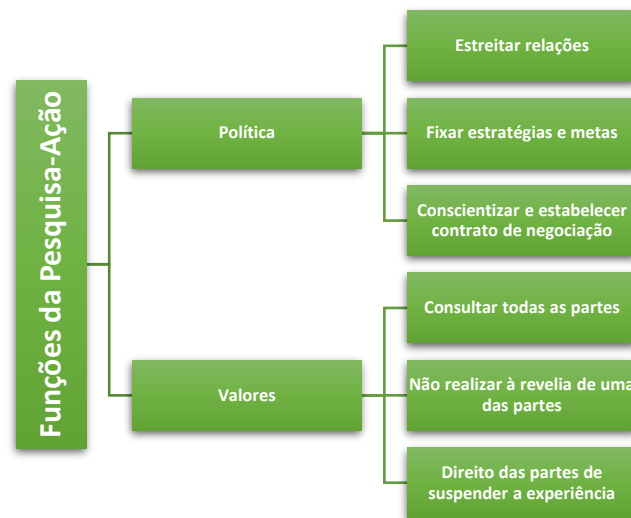


Figura 4 - Funções da Pesquisa-Ação, adaptado de Thiollent (2011)

Tripp (2005, p. 445) nos ajuda a refletir sobre as funções da P-A quando afirma que “A questão é que a pesquisa-ação requer ação tanto nas áreas da prática quanto da pesquisa, de modo que, em maior ou menor medida, terá características tanto da prática rotineira quanto da pesquisa científica”. Destarte, a Pesquisa-Ação constituída de suas funções política e de valores traz como prioridade a natureza de cidadania. É certo estreitar no decorrer da Pesquisa-Ação as relações que devem existir entre o pesquisador e os sujeitos pesquisados para que haja uma organização tridimensional. Deste modo, o investigador deve fixar estratégias e metas para que as prioridades sejam focadas no plano de ação. A conscientização é crucial no âmbito investigativo da P-A pois os sujeitos envolvidos têm o direito de conhecer e acompanhar as intenções, os processos e os resultados da pesquisa.

A função de valores da Pesquisa-Ação se constitui dos direitos incumbidos aos sujeitos investigados. Logo, a Pesquisa-Ação se constitui de uma importante ferramenta metodológica a ser utilizada pelos investigadores. No entanto, vale salientar, que a P-A é autosuficiente para suprir todas as necessidades dos pesquisadores e pesquisados, além alcançar outros fins conforme descrito neste estudo.

Isto posto, esta metodologia valoriza os sujeitos envolvidos, mas, vale salientar que o foco central não são as pessoas, mas a situação social e os problemas que motivaram a realização da pesquisa. É possível durante este processo o pesquisador acompanhar as decisões que vão sendo tomadas no desenrolar do estudo. Por este motivo a pesquisa não se detém apenas na ação em si, pois sua perspectiva visa envolver todos no processo investigativo.

A Pesquisa-Ação se desenvolve a partir de algumas ações importantes. A este respeito Baldissera (2001, p. 6) salienta que:

Uma pesquisa pode ser qualificada de pesquisa-ação quando houver realmente uma ação por parte das pessoas implicadas no processo investigativo, visto partir de um projeto de ação social ou da solução de problemas coletivos e estar centrada no agir participativo e na ideologia de ação coletiva.

Neste sentido, apresentamos na figura 5 a instrumentalização da Pesquisa-Ação.

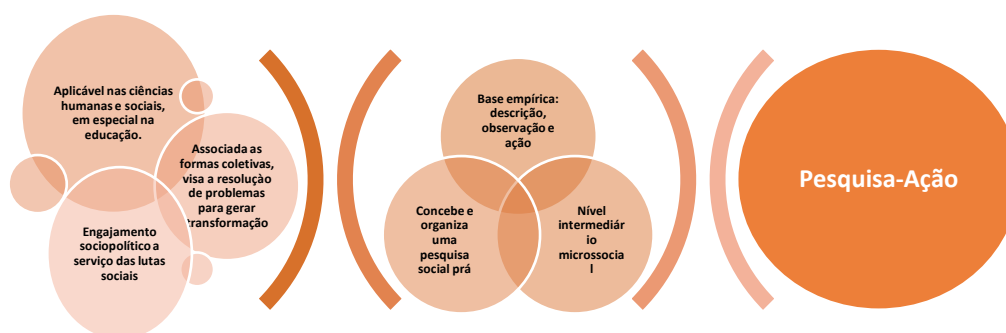


Figura 5 - Instrumentalização da P-A, adaptado de Thiollent (2011)

Mas, o que se esperar de um projeto pautado na Pesquisa-Ação? Tripp (2005, p. 455) apresenta 6 metas: tópicos de interesses mútuos; compromisso compartilhado; participação livre e ativa de todos os envolvidos; partilha igualitária de controle dos processos; relação de custo-benefício salutar para todos os participantes; decisões justas e inclusivas.

No início do século XX a Pesquisa-Ação se tornou reconhecida por diferentes nomenclaturas: pesquisa-diagnóstico, pesquisa-participante, pesquisa empírica e pesquisa experimental. Somente nos anos 70 a Pesquisa-Ação passou a ser utilizada pelas grandes áreas do conhecimento científico. No campo educacional, em especial na Formação de Professores, a P-A trata-se de uma estratégia significativa para o desenvolvimento de professores e pesquisadores, pois serve para o aprimoramento: do ensino, da aprendizagem, do julgamento profissional do professor, da orientação emancipatória, de crítica social e do profissional ativista.

Mesmo constituída como elemento em favor da emancipação do homem, a P-A, segundo Heikkinen, Kakkori e Huttunen (2001), pode ser interpretada como uma prática científica multi-paradigmática, pois se adequa a diferentes realidades e métodos de pesquisa.

A P-A faz parte de um conjunto de outras práticas de pesquisa denominadas investigação-ação dentre elas: a aprendizagem-ação, a prática reflexiva (Schön, 1983), o projeto-ação (Argyris, Putnam & Smith, 1985), a aprendizagem experimental (Kolb, 1984), a prática deliberativa (Mccutcheon, 1988), a pesquisa práxis (Whyte, 1964; 1991), a investigação apreciativa (Cooperrider, Srivastva, 1987), a metodologia de sistemas flexíveis (Checkland & Holwell, 1998) e a aprendizagem transformacional (Marquardt, 1999). Todavia, cada tipo de investigação-ação faz uso de processos diferentes, dependendo dos objetivos, dos sujeitos pesquisados, das intenções, do cronograma, etc.

Tripp (2005, p. 447) nos alerta para o uso equivocado do termo pesquisa-ação em diferentes partes do mundo privando os acadêmicos, em certa medida, de fazer uso para distinguir “a forma de investigação-ação que emprega o sentido mais específico ligado à pesquisa na academia”. Não se pode acreditar que qualquer tipo de reflexão sobre a ação pode ser sinônimo de pesquisa-ação. Para o autor pesquisa-ação “é uma forma de investigação-ação que utiliza técnicas de pesquisa consagradas para informar a ação que se decide tomar para melhorar a prática [...] e que devem atender aos critérios comuns a outros tipos de pesquisa acadêmica” tais como revisão de procedimentos, significância, originalidade, etc.

Gosto da ideia do Tripp (2005) de que a pesquisa-ação, sendo pragmática e não prática, distingue-se da pesquisa tradicional porque pode ser alterada pelo contexto e pela ética da prática à medida que vai se desenvolvendo. Isto porque requer ação tanto da prática quanto da pesquisa. Elliott (2000, p. 209) conceitua este tipo de pesquisa como um processo no qual os práticos “coletam evidências a respeito de suas práticas e pressupostos críticos, crenças e valores subjacentes a elas”. A P-A implica que o pesquisador tenha clareza sobre o que se está realizando, quando e o porque. Em outras palavras, seu problema de pesquisa precisa fazer parte de seu cotidiano e que ao investigá-lo o pesquisador/prático possa intervir significativamente.

Considero, a exemplo de Meerkotter e Robinson (2011), que no campo da educação o pesquisador dedicado a P-A necessita assumir alguns propósitos (Quadro 2).



Propósitos da P-A

- Oportunizar o maior número de professores e estudantes qualificados;
- Assumir, pelos professores e alunos, a P-A de forma crítica e reflexiva;
- Promover contínuas ações colaborativas nos ambientes pesquisados;
- Incentivar, coletiva e politicamente, o trabalho responsável na educação;
- Desafiar, constantemente, os paradigmas que visam a dominação do homem;
- Desenvolver pesquisas relevantes à formação inicial e continuada de docentes, bem como compreender e intervir no cotidiano da escola;
- Desenvolver práticas educativas que incentivem o trabalho cooperativo;
- Implementar, interativamente, diferentes formas de ensino e estilos de aprendizagem com os estudantes;
- Envolver alunos enquanto participantes ativos de sua própria aprendizagem;
- Reduzir a dependência do conhecimento e das atividades do professor.

Quadro 2 - Propósitos do P-A
Fonte: Adaptado de Thiollen (2011)

O caráter formativo da Pesquisa-Ação na Educação

Em Educação a P-A é utilizada como meio de desenvolvimento profissional, melhorando currículos, proporcionando formação continuada de docentes, valorizando as relações interpessoais ou solucionando problemas em uma variedade de situações de trabalho.

Como professora pesquisadora considero a Pesquisa-Ação parte de minha prática pedagógica formativa e autoformativa. Entretanto, não se trata de algo simples como dito anteriormente, tendo em vista a necessidade da mobilização de vários sujeitos envolvidos no processo. Ainda assim, carece da colaboração de todos para se concretizar. Neste sentido a Pesquisa-Ação se faz colaborativa e crítica. O seu caráter colaborativo se destaca quando o desejo de transformação é expresso pelo grupo de referência da pesquisa. Neste sentido, cabe ao pesquisador integrar-se e mediar o processo de mudança desencadeado pelos envolvidos.

O caráter crítico da P-A ocorre quando o desejo de transformação é explicitado pelo grupo de acordo com o trabalho inicialmente desenvolvido pelo pesquisador. Esta mobilização

é decorrente de um processo de valorização da experiência e da reflexão crítica coletiva, tendo em vista a emancipação dos sujeitos e das condições que o coletivo considera opressivas. Neste caso, a condição é o mergulho na práxis do grupo social investigado do qual é extraído o oculto, o desconhecido, para serem negociadas e geridas coletivamente as mudanças.

Segundo Guedin e Franco (2011), a Pesquisa-Ação crítica:

- Leva em conta a voz do sujeito, sua perspectiva, seu sentido, uma vez que esta fará parte da tessitura metodológica da investigação;
- Esta metodologia se constitui pelas situações relevantes oriundas do processo;
- Esta metodologia é importante para a educação por apresentar um caráter formativo envolvendo os sujeitos na tomada de consciência das transformações ocorridas em si e no processo;
- Também apresenta no caráter emancipatório devido a participação consciente dos sujeitos da pesquisa oportunizando libertar-se de mitos e preconceitos reorganizando sua atitude de sujeitos históricos.

A P-A é, portanto, uma importante metodologia para investigar a educação, em especial a prática docente. Segundo Diniz-Pereira e Zeichner (2011), a Pesquisa-Ação envolve o aprendizado acerca das práticas reais, materiais e específicas de um conjunto de professores em determinados lugares (a escola). Estes aprendizados podem ocorrer por meio do que se faz; como ocorre a interação; suas intenções no que valorizam e nos discursos que se emitem sobre o mundo.

A Pesquisa-Ação produz conhecimento da prática além de ser apropriada para educação, dente outros campos. Vê-se que a P-A é apropriada para o campo da Educação, tendo em vista estes aspectos qualitativos de valorização do homem, da sua cultura e da sociedade como um todo. Neste campo tende-se a conectar a prática investigada a teoria e vice-versa e as diferentes pesquisas comprovam sua ação. Segundo Grundy (1982), há cinco diferentes modalidades de P-A: o técnico, a socialmente crítica, a emancipatória, a dissertação e o relatório, a seguir:

- P-A técnica – o pesquisador age de modo inteiramente mecânico, ou seja, “seguindo o manual”, toma a prática existente e implementa em sua própria esfera de prática para realizar melhoras. Em seguida, pela prática, o pesquisador escolhe ou projeta as mudanças.

Por fim, pela política, o pesquisador analisa e/ou muda as limitações da cultura sobre a ação. Sendo assim, é fundamental engajar-se na política para trabalhar, pelo exercício do poder, com ou contra os outros para mudar o sistema.

- P-A socialmente crítica – trabalha-se para realizar mudanças ou contornar limitações do resultado de uma mudança em seu modo de pensar a respeito do valor último e da política das limitações. Esta modalidade passa a existir quando se acredita que o modo de ver e agir “dominante” é realmente injusto e, portanto, necessita ser transformado.
- P-A Emancipatória – transformar o *status quo* do indivíduo e da sociedade numa escala ampla.
- Dissertação da P-A – tem dificuldade de ser aprovada por algum comitê de ética devido a dificuldade em especificar, com antecedência, o conhecimento que será obtido e os resultados práticos que serão alcançados. Grundy (1982) aconselha que a P-A pode não colaborar para definição de dissertação, mas, completar um estudo de caso da pesquisa. O fato é que há duas metodologias a serem descritas e justificadas numa proposta de P-A: os processos de pesquisa-ação a serem utilizados no contexto e o método de estudo de caso, que será empregado para contextualizar o projeto e de seus resultados.
- Relatório da P-A – segue os seguintes itens: introdução; reconhecimento (da situação, dos participantes, das práticas e da intencionalidade); ciclos de: planejamento, implementação, relatório de pesquisa, resumo, apresentação, discussão, avaliação da mudança na prática e da pesquisa e; conclusão que se trata de uma síntese das melhores práticas e do que foi aprendido a respeito do processo de P-A.

Vale salientar que a P-A não foge ao que regulamenta a diretriz ética em que, desde o início da pesquisa, nenhum participante ou pesquisador jamais empreenda uma atividade que prejudique outro participante sem que este tenha conhecimento e dê seu consentimento livre e esclarecido. Enfim, como pesquisadora, a P-A visa potencializar, acelerar nosso modo habitual de aprender com a experiência.

Independentemente das técnicas a serem utilizadas, busca-se uma metodologia que suscite no grupo princípios e práticas dialógicas participativas e transformadoras. O ponto de partida e de chegada da P-A é sempre a práxis social. O conhecimento se constitui nas múltiplas articulações com a intersubjetividade construtiva. A flexibilidade permite ajustes e sínteses provisórias que se vão estabelecendo no grupo.

Guedin e Franco (2011) não recomendam a P-A para principiantes devido a sua natural ingenuidade metodológica passando despercebidos e correndo o risco do agir estratégico dificultando a pesquisa. A P-A precisa contar com um tempo longo para sua plena efetivação. Segundo Ghedin e Franco (2011), destacam-se as seguintes noções sobre a P-A:

- Relação dialética com o coletivo;
- Ser interativa, dialógica e reflexiva para se constituir formativa;
- Conduzir ao entendimento, à negociação e aos pactos;
- Voltar-se para um saber compartilhado.

Cabe aos participantes, de acordo com Guedin e Franco (2011):

- Participar ativamente de todo o processo de elaboração, execução, avaliação e publicação da pesquisa. Vale salientar que os instrumentos não são previamente preparados nem elaborado por um único pesquisador.

A utilização da P-A para professores possibilita o desenvolvimento de habilidades como:

- Elaboração de novas hipóteses para novas práticas;
- Conviver com a divergência;
- Perceber novas respostas e desafios;
- Rever e reinterpretar as questões iniciais;
- Retirar do coletivo as fontes para sua autoformação;
- Compreender a dialética entre teoria e prática, sujeito e objeto, fato e totalidade;
- Criar cenários e perspectivas objetivas;
- Descobrir o significado concreto das situações conflituosas e complexas.

O sucesso da P-A ocorre quando é demonstrado, pelos participantes, o senso definido e o autêntico do desenvolvimento e da transformação de suas práticas, do contexto e da cultura em que exercem tais práticas (Diniz-Pereira & Zeichner, 2011).

O que se investiga com a P-A: os desempenhos individuais; as condições sociais e materiais da prática; as intenções, significados e valores dos profissionais; as linguagens, os discursos e tradições; a mudança e a evolução da prática em sua dimensão histórica. Na

Pesquisa-Ação o pesquisador tenderá a modificar a dinâmica de um grupo quando lhe for consentido, pelos membros, pois, devem assumir constantemente os dois papéis complementares: de pesquisador e de participante de grupo.

Segundo Diniz-Pereira e Zeichner (2011), e aproximando do campo da educação (em especial da formação e desenvolvimento da profissão docente), há algumas tradições importantes no estudo da prática docente analisada pela P-A enquanto:

- comportamento individual a ser estudado objetivamente;
- comportamento ou ritual de um grupo a ser estudado objetivamente;
- ação individual a ser estudada de uma perspectiva subjetiva;
- ação ou tradição social a ser entendida a partir de uma perspectiva subjetiva;
- prática reflexiva a ser estudada dialeticamente.

Este último item, demonstra que estudar a prática docente é mudá-la, pois o processo de estudo, por ser político, proporciona a autoconsciência de que sua própria posição encontra-se sujeita a mudar por meio do processo de ação.

A Pesquisa-Ação, portanto, pressupõe a integração dialética entre o sujeito e sua existência, entre fatos e valores, entre pensamento e ação, bem como entre pesquisador e pesquisado (Guedin & Franco, 2011, p. 218).

Conclusões

Neste artigo, “o caráter formativo da Pesquisa-Ação em educação”, nos dispomos a realizar um estudo bibliográfico, a partir de alguns autores que abordam sobre a Pesquisa-Ação em diferentes contextos e situações, mas aproximando as discussões para a educação. Percebemos que as variações de conceitos e características são mínimas, porém que se trata de uma apropriada metodologia de pesquisa a ser aplicada na educação.

Deste modo, concluímos que a P-A:

- É uma orientação destinada ao estudo e à intervenção em situações reais do campo educativo.
- Não despreza o saber informal dos usuários (diferentes atores educativos), mas põe em relação com o saber formal dos especialistas no intuito de um enriquecimento mútuo.

- É uma orientação destinada ao estudo e a intervenção em situações educativas reais.
- Cria cenários e perspectivas para a educação.
- Apresenta um caráter emancipatório.

Portanto, caracterizar a P-A em termos colaborativo e crítico é importante por se tratar de um processo social e educacional em si e por destinar-se a investigar as práticas educativas visando a reestruturação, dada a sua natureza social. Logo, considero ter atendido ao objetivo do estudo - analisar a importância da Pesquisa-Ação para investigação da prática educativa caracterizando-a a partir de um conjunto de teóricos.

Referências

- Argyris, C., Putnam, R., & Smith, D. M. (1985) *Action science: Concepts, methods and skills for research and intervention*. Acedido em 06, 20, 2018, em http://www.actiondesign.com/action_science
- Baldissera, A. (2001) Pesquisa-ação: Uma metodologia do “Conhecer” e do “Agir” coletivo. *Sociedade em Debate*, 7(2), 5-25.
- Checkland, P., & Holwell, S. (1988). *Information, systems, and information systems: Making sense of the field*. Chichester: Wiley.
- Cooperrider, D. L., & Srivastva, S. (1987). Appreciative inquiry in organisational life. In: Woodman, R., & Pasmore, W. *Research in organisational change and development* (pp. 129-169). Greenwich: JAI Press.
- Diniz-Pereira, J. E., & Zeichner, K. M. (Orgs.) (2011). *A pesquisa na formação e no trabalho docente*. (2a ed). Belo Horizonte: Autêntica.
- Elliott, J. (2000) Towards a synoptic vision of educational change in advanced industrial societies. In: Altrichter, H., & Elliott, J. *Images of educational change*. (pp.175-220). Buckingham: Open University Press.
- Felcher, C. D. O., Ferreira, A. L. A., & Folmer, V. (2007). Da pesquisa-ação à pesquisa participante: Discussões a partir de uma investigação desenvolvida no facebook. *Experiências em Ensino de Ciências*, 12(7), 1-18.
- Ghedin, E., & Franco, M. A. S. (2011). *Questões de método na construção da pesquisa em educação*. (2a ed). São Paulo: Cortez.
- Grundy, S. J. (1982). Three modes of action research. *Curriculum perspectives*, 2(3), 23-34.
- Heikinen, H., Kakkori, L. T. L., & Huttunen, R. (2001). This is my truth, tell me yours: Some aspects of action research quality in the light of truth theories. *Educational Action Research*, 9(1), 9-24.
- Kolb, D. (1984). *Experiential learning: Experience as the source of learning and development*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall.

- Marquardt, M. J. (1999). *Action learning in action: Transforming problems and people for word-class organizational learning*. Palo Alto: Davies-Black.
- Mccutcheon, G. (1988). Curriculum and the work of teachers. In: Apple, M. W. & Beyer, L. *The curriculum: Problems, politics, and possibilities* (pp. 191-203). Nova York: Suny Press.
- Meerkotter, D., & Robinson, M. (2011). Quinze anos de pesquisa-ação pela emancipação política e educacional de uma universidade sul-africana. In: Diniz-Pereira, J. E., & Zeichner, K. M. (Orgs.). *A pesquisa na formação e no trabalho docente* (pp. 85-112) 2a ed. Belo Horizonte: Autêntica.
- Schön, D. (1983). *The reflective practitioner: How professionals think in action*. Nova York: Basic Books.
- Severino, J. A. (2007). *Metodologia do trabalho científico*. (23a ed). São Paulo: Cortez.
- Thiollent, M. (2011). *Metodologia da Pesquisa-Ação*. (18a ed). São Paulo: Cortez.
- Tripp, D. (2005). Pesquisa-ação: Uma introdução metodológica. *Educação e Pesquisa*, 31(3), 443-466.
- Whyte, W. F. (1964). *Action research for management*. Homewood: Irwin-Dorsey.
- Whyte, W. F. (1991). *Social theory for action*. Beverly Hills: Sage.

Agradecimento:

Agradeço as minhas orientandas Simone da Conceição Rodrigues da Silva, Monique Vieira Amorim Bandeira e Thayles M. S. Silveira por me ajudarem na coleta de dados e na revisão deste artigo.